



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CONADE

Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º andar -Brasília – DF
CEP 70.308-200

Telefone: (61) 2027-3981 / 2027-3245 E-mail: conade@sdh.gov.br

ATA DA 117º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

1 Do vigésimo ao vigésimo segundo dia do mês de agosto do ano de dois mil e
2 dezoito, realizou-se a centésima décima sétima reunião ordinária do Conselho
3 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Período vespertino do vigésimo**
4 **dia de agosto de dois mil e dezoito.** Presença dos conselheiros e conselheiras:
5 Associação Brasileira de Autismo (ABRA), a titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro;
6 Associação Brasileira de Ostromizados (ABRASO), o titular Rubens Gil Junior;
7 Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas (ABRC), o titular Luiz Claudio
8 Alves Pereira; Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência (APABB), o
9 titular Roberto Paulo do Vale Tiné; Central Única dos Trabalhadores (CUT), a titular
10 Anaíldes Campos Sena e o suplente José Roberto Santana da Silva; Confederação
11 Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV), o suplente Antônio José do
12 Nascimento Ferreira; Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e
13 Turismo (CNC), o suplente Fernando César Thiago de Mello; Federação Brasileira
14 das Associações de Síndrome de Down (FBASD), a titular Glauciane Costa Santana
15 e a suplente Ana Cláudia Mendes de Figueiredo; Federação das Associação de
16 Renais e Transplantados do Brasil (FARBRA), a titular Olga Gonçalves Faria;
17 FENAPESTALOZZI, o titular Marco Antônio Castilho Carneiro; FENAPAEs, o titular
18 Adinilson Marins dos Santos e o suplentes Erivaldo Fernandes Neto; MORHAN, a
19 suplente Lucimar Batista da Costa; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o titular
20 Joaquim Santana Neto; Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB), o titular
21 Clóvis Alberto Pereira; Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos
22 (ONEDEF), a titular Carmen Lúcia Lopes Fogaça; Casa Civil da Presidência da
23 República, o titular Júlio César de Faria; Ministério da Ciência, Tecnologia,
24 Inovações e Comunicações, a suplente Gianine Portela Parizotto; Conselhos
25 Estaduais, a titular Regina Helena Tahim Souza Neiva; Conselhos Municipais, o
26 titular Antônio Muniz da Silva; Ministério da Cultura, a titular Sandra Cipriano
27 Chaves; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, o suplente
28 Wallace Dias Freitas; Ministério da Educação, o suplente José Rafael Miranda;
29 Ministério do Esporte, o titular Cláudio Luiz Pinheiro da Silva; Ministério da Justiça, a
30 suplente Magda Fernanda Medeiros Fernandes; Secretaria da Previdência do
31 Ministério da Fazenda, o titular Orion Sávio Santos de Oliveira; Ministério da Saúde,
32 a suplente Andrea Borghi Moreira Jacinto; Ministério dos Direitos Humanos, o titular
33 Josué Ribeiro Costa da Silva; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, o
34 titular Marciano Roberto Pereira de Sousa. Ausências justificadas: Ministério das

35 Cidades; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos
36 Direitos das Pessoas Idosas e com Deficiência (AMPID); Conselho Federal de
37 Engenharia e Agronomia (CONFEA); Federação Nacional de Educação e
38 Integração dos Surdos (FENEIS). Ausências: Associação dos Familiares, Amigos e
39 Portadores de Doenças Graves (AFAG); Ministério das Relações Exteriores;
40 Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM); Ministério do Trabalho e
41 Ministério do Turismo; ABRC. Feita a chamada regimental, foi verificado quórum
42 para deliberação. Segunda feira, início com apresentação da pauta de trabalho para
43 todos os dias subsequentes de reunião: a partir de 8:30 reuniões das Comissões;
44 Comissão de Articulação de Conselhos (CAC), Comissão de Análise, Elaboração e
45 Acompanhamento de Atos Normativos (CAN), Comissão de Comunicação Social
46 (CCS), Comissão de Orçamento e Finanças (COF) e Comissão de Políticas Públicas
47 (CPP), intervalo 12:00. A tarde conferência de quórum e abertura e aprovação da
48 pauta da 117ª reunião ordinária, às 14:15 aprovação da ATA da 116ª reunião
49 ordinária, às 14:30 continuação da apreciação do projeto de reforma ao regimento
50 interno do Conade, 17 hrs encerramento. Dia 21 (terça-feira) às 9 horas continuação
51 da apreciação de reforma do regimento interno, 12 horas intervalo para almoço, 14
52 horas apreciação do edital referente ao processo eleitoral do Conade (gestão
53 2019/2020), 16 horas lançamento do documento orientador para criação,
54 funcionamento e reestruturação de Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito
55 Federal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 17 horas apresentação
56 das ações pioneiras da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência da cidade
57 de São Paulo (representante OAB), 18 horas encerramento. Dia 22 (quarta-feira), 9
58 horas apresentação de proposta de atualização da Política Nacional de Educação
59 Especial, Equitativa e Inclusiva ao longo da vida (MEC), às 10:30 relatório das
60 comissões: CAC, CAN, CCS, COF e CPP, 12 horas intervalo, 14 horas relatório da
61 Human Rights sobre abrigos para pessoas com deficiência, 16 horas informes
62 gerais, 17 horas encerramento. Dia 23 (quinta-feira) 8:30 reunião da Comissão de
63 Monitoramento da LBI e Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, 12
64 horas intervalo, 14 horas continuação da Reunião da Comissão de Monitoramento
65 da LBI e da Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e 18 horas
66 encerramento. Em discussão a pauta: o representante da FENAPESTALOZZI,
67 Marco Castilho questionou a inclusão da reunião do dia 23 na pauta, pois o pleno
68 estava previsto para encerrar na quarta dia 22. Conselheira Anaíldes Campos Sena
69 (CUT) manifestou insatisfação com a pauta por considerar que os assuntos inclusos
70 são secundários a outros que considerara importantes, tais como a questão do
71 transporte e empregabilidade. Solicitou perante os conselheiros abertura de
72 precedente para discutir a questão dos cortes do BPC, ainda na reunião. O
73 conselheiro Clóvis Alberto Pereira (ONCB) reforça a necessidade de inclusão da
74 discussão do BPC na pauta. A Conselheira Anaíldes Campos Sena (CUT) pediu
75 esclarecimentos em relação ao cadastro de inclusão. A conselheira Magda
76 Fernandes (MJ) defendeu a importância de se assegurar nos registros da reunião
77 ordinária os trabalhos da Comissão de Monitoramento da LBI. Conselheiro Antônio
78 José da (CBDV) sugeriu como ponto de pauta a construção de uma recomendação
79 para a Comissão de turismo da Câmara dos Deputados, a qual posterga o projeto
80 que oferece descontos financeiros à pessoas com deficiência que não encontram
81 acessibilidade na rede hoteleira. O Conselheiro Marco Castilho (FENAPESTALOZZI)
82 retira proposta de suprimir da pauta a reunião do dia 23. O conselheiro Clóvis
83 Alberto Pereira (ONCB) sugere inclusão de nota de repúdio do Conade em relação
84 ao Sindicato do Transporte Público de Belém, o qual tem veiculado propaganda
85 afirmando que o alto custo das passagens dos ônibus municipais se deve a pessoas
86 com deficiência, idosos, estudantes e trabalhadores. Foi decidido que primeiro

87 deverá ser redigida minuta para dialogar com a comissão adequada (CPP) para
88 posterior encaminhamento. Fica acordado discutir a questão do BPC ainda na
89 reunião do dia 20 (segunda-feira), a partir das 17 horas. A aprovação da ata da 116º
90 reunião ordinária acontecerá nos próximos dois dias de reunião em razão do atraso
91 na entrega do documento pela empresa responsável pela redação. Informe da
92 Conselheira Glauciane (FBASD) sobre os 10 anos da Convenção sobre os Direitos
93 da Pessoa com Deficiência com entrega de material para o registro junto aos
94 conselheiros. Seguiu-se para a apreciação do projeto de reforma ao regimento
95 interno do Conade. Metodologia de trabalho: leitura do texto proposto, destaques e
96 discussão. Artigo 27, parágrafo primeiro, com destaque para substituição de
97 “sessão” por “reunião” acatado pelos conselheiros. Parágrafo 5º, aberto destaque
98 sobre a distribuição por ordem alfabética entre os conselheiros da entidade
99 representativa para as matérias apreciadas, foi sugerido a distribuição
100 preferencialmente por interesse ou nível de conhecimento do conselheiro sobre a
101 matéria. A Conselheira Carmem Lúcia Lopes Fogaça (ONEDEF) apresentou como
102 encaminhamento: “as matérias a serem apreciadas pelas Comissões Permanentes
103 serão relatadas por um de seus membros, indicado pelo coordenador da respectiva
104 comissão ou deliberação da maioria dos seus membros”. Fica definido o texto
105 conforme sugestão da conselheira Carmem Lúcia Lopes Fogaça (ONEDEF), porém
106 mantidas as ressalvas. Foi deliberada a inclusão de mais um parágrafo (parágrafo
107 6º) no artigo: “As comissões, quando necessário, contarão com o apoio técnico a ser
108 prestado pela Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência”. A
109 conselheira Magda Fernanda Medeiros Fernandes (MJ) acrescenta que esse apoio
110 está previsto na atuação da Secretaria, porém foi esclarecida que trata-se de apoio
111 técnico especializado por área. Prosseguiu-se para o artigo 28. O Conselheiro
112 Roberto Paulo do Vale Tiné (APABB) apresentou como destaque a inclusão nas
113 Comissões Permanentes da Comissão de Monitoramento da Convenção dos
114 Direitos da Pessoa com Deficiência, conforme deliberações prévias. Após
115 concordância dos demais conselheiros foi aprovada como Comissão Permanente
116 (linha F do artigo 28) a Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da
117 Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Lei Brasileira de Inclusão.
118 Seguiu-se para o artigo 29. Destaque do conselheiro Marco Antonio Castilho
119 Carneiro (FENAPESTALOZZI), inciso segundo, para inclusão da palavra “pautas”,
120 aprovado sem contestações. O conselheiro Rubens Gil Junior (ABRASO)
121 apresentou como destaque a necessidade de observância do planejamento previsto
122 no regimento. Inciso sete, prejudicado pela ausência da conselheira Anaíldes
123 Campos Sena (CUT). Seguiu-se para o artigo 30, caput, com destaque prejudicado
124 pela ausência da conselheira Anaíldes Campos Sena (CUT). Destaque do
125 conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro (FENAPESTALOZZI), para substituir a
126 palavra “integração” por “inclusão”. Conselheira Magda Fernanda Medeiros
127 Fernandes (MJ) sugeriu aos conselheiros debruçar-se nos conteúdos referentes a
128 atribuição de cada comissão. O conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro
129 (FENAPESTALOZZI) refere tratar-se de re-trabalho, pois foi realizada leitura prévia
130 para os destaques apresentados. Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné (APABB)
131 sugeriu que cada coordenador conferisse se a sua comissão alcança suas
132 atribuições pois a solicitação de leitura deste conteúdo já foi realizada em outros
133 momentos. A mesa concorda em seguir com os destaques. Destaque, inciso
134 segundo, do conselheiro Antônio Muniz da Silva (COMUD/PE): substituir a palavra
135 “divulgar” por “coordenar a divulgação”, no entendimento de que nenhuma comissão
136 tem conhecimento especializado para que possa abrir mão de assessoria técnica. A
137 Conselheira Glauciane Costa Santana (FBASD) questionou o item que trata de zelar
138 pela manutenção da página do conselho na internet dado que esta página não

139 existe. Acrescentou que apesar do site do MDH contar com uma aba para o Conade
140 não há informações suficientes disponíveis no espaço. A Conselheira Carmem Lúcia
141 Lopes Fogaça (ONEDEF) sugeriu que os textos sejam melhor trabalhados com
142 apoio de assessoria técnica do MDH. Foi realizado encaminhamento para a
143 conselheira Glauciane Costa Santana (FBASD) e o conselheiro José Rafael Miranda
144 (MEC) juntarem suas propostas e apresentarem a nova redação deste item no dia
145 seguinte para dar início a discussão da pauta do BPC, prevista para as 17 horas. A
146 Conselheira Anaíldes Campos Sena (CUT) expôs a necessidade de analisar a
147 conjuntura de cortes no BPC e solicitou a exposição dos conselheiros que têm
148 acompanhado a questão. Foram apontados problemas no cadastramento, sistema
149 de cadastro com funcionamento inconstante e diminuição do prazo para recorrer os
150 cancelamentos do benefício. Encaminhamentos: Conade solicitará o INSS, as
151 Federações dos Trabalhadores do INSS e a Federação do Conselho Nacional de
152 Serviço Social com vistas a prestar esclarecimentos sobre a revisão do BPC e
153 posicionamento dos órgãos competentes; Conade irá elaborar nota de manifesto
154 público apontando possíveis riscos e fragilidades no processo do cadastramento
155 do BPC; Oficiará o MDS e o INSS pedindo prorrogação do prazo para o
156 cadastramento e irá convidá-los para a próxima reunião do Conade com vistas às
157 discussões dos temas relativos ao BPC, incluindo no chamamento representantes
158 do Conselho Nacional de Assistência Social e do Conselho Nacional da Pessoa
159 Idosa. A conselheira Ana Cláudia Mendes de Figueiredo (FBASD) solicitou incluir a
160 solicitação de informações sobre os cortes dos benefícios, nos recortes de renda
161 acima de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, ponderando que a jurisprudência considera
162 vulnerabilidade e não o critério de renda. Após estes encaminhamentos deu-se por
163 encerrada a reunião do dia 20. **Período matutino do vigésimo primeiro dia de**
164 **agosto de dois mil e dezoito.** Presença dos conselheiros e conselheiras: Casa Civil
165 da Presidência da República, o titular Júlio César Farias; Ministério da Ciência,
166 Tecnologia, Inovações e Comunicações, a suplente Gianine Portela Parizotto,
167 Conselhos Estaduais, a titular Regina Helena Tahim Souza Neiva; Conselhos
168 Municipais, o titular Antônio Muniz da Silva; Ministério da Cultura, a titular Sandra
169 Cipriano Chaves; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, o
170 suplente Wallace Dias Freitas; Ministério do Esporte, o titular Cláudio Luíz Pinheiro
171 da Silva, Ministério da Justiça, a suplente Magda Fernanda Medeiros Fernandes;
172 Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda, o titular Orion Sávio Santos de
173 Oliveira; Ministério da Saúde, a suplente Andrea Borghi Moreira Jacinto; Ministério
174 dos Direitos Humanos, a suplente Liliane Cristina Gonçalves Bernardes; Ministério
175 do Turismo. Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves
176 (AFAG), o titular Wilson Roberto Gomiero; Associação Brasileira de Autismo (ABRA),
177 a titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; Associação Brasileira de Ostomizados
178 (ABRASO), o titular Rubens Gil Junior; Associação Brasileira de Rugby em Cadeira
179 de Rodas (ABRC), o titular Luiz Claudio Alves Pereira; Associação de Pais, Amigos
180 e Pessoas com Deficiência (APABB), o titular Roberto Paulo do Vale Tiné; Central
181 Única dos Trabalhadores (CUT), o suplente José Roberto Santana; Confederação
182 Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV), o titular José Antônio
183 Ferreira Freire e o suplente Antônio José do Nascimento Ferreira; Confederação
184 Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o suplente Fernando
185 César Thiago de Mello; Federação Brasileira das Associações de Síndrome de
186 Down (FBASD), a titular Glauciane Costa Santana e a suplente Ana Cláudia Mendes
187 de Figueiredo; Federação das Associação de Renais e Transplantados do Brasil
188 (FARBRA), a titular Olga Gonçalves Faria; FENAPESTALOZZI, o titular Marco
189 Antônio Castilho Carneiro; FENAPAEs, o titular Adinilson Marins dos Santos e o
190 suplentes Erivaldo Fernandes Neto; Federação Nacional de Educação e Integração

191 dos Surdos (FENEIS), o suplente Filipe Trigueiro Xavier Correia; MORHAN, a
192 suplente Lucimar Batista da Costa; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o titular
193 Joaquim Santana Neto; Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB), o titular
194 Clovis Alberto Pereir; Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos
195 (ONEDEF), a titular Carmen Lúcia Lopes Fogaça. Ausência Justificada: Ministério
196 das Cidades; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa
197 dos Direitos das Pessoas Idosas e com Deficiência (AMPID); Conselho Federal de
198 Engenharia e Agronomia (CONFEA). Ausência: Ministério da Educação; Ministério
199 das Relações Exteriores; Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM);
200 Ministério do Trabalho; Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil. Feita a
201 chamada regimental, foi verificado quórum para a instalação da plenária, porém não
202 hove quórum qualificado para a pauta. Foi sugerida apreciação da ATA da 116ª
203 reunião ordinária, em seguida solicitada retificação para adequação das falas dos
204 conselheiros indicando a entidade que representam. O conselheiro Roberto Paulo do
205 Vale Tiné (APABB) ressalta que a ATA foi entregue muito em cima do prazo para a
206 apreciação. O conselheiro Fernando César Thiago Mello (CNC) reforça a
207 incompletude do material. Foi deliberada a não aprovação da ATA no pleno e
208 devolução à coordenação que passará a empresa para devidas adequações.
209 Conselheiro Antônio José do Nascimento Ferreira (CBDV) solicita cumprimento ao
210 público que acompanha a reunião pelo Youtube, contemplado. Passou-se para a
211 apreciação do edital referente ao processo eleitoral do Conade (gestão 2019/2020).
212 O coordenador da CAN, conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB), apresentou o
213 edital de convocação das organizações nacionais de/e para pessoas com
214 deficiência, de trabalhadores, de empregadores e da comunidade científica. O artigo
215 primeiro apresenta que o Conade por fundamento de deliberação em reunião
216 ordinária, no período 20 a 22 de agosto convoca as organizações para o processo
217 de habilitação, visando participar como candidato e/ou eleitor da eleição do Conade
218 referente a composição do biênio de 2019/2020, que será realizado em datas e
219 horários especificados. O segundo artigo aponta que a organização nacional
220 interessada em participar do processo eleitoral, na condição de candidato e/ou eleitor,
221 deverá apresentar documentação exigida conforme edital. No terceiro artigo
222 apresentam-se os critérios para habilitação das organizações nacionais. No quarto
223 artigo, apresentam-se os segmentos de atuação em que as organizações poderão
224 se habilitar, como candidatas ou eleitoras, desde que cumpridas as exigências do
225 edital. O artigo quinto versa sobre distribuição de vagas das organizações eleitas por
226 segmentos de atuação. No artigo sexto consta a distribuição de vagas por
227 representação (uma para empregadores, uma para trabalhadores e uma para
228 comunidade científica). No artigo sétimo apontam-se os documentos exigidos para
229 habilitação das organizações nacionais. O artigo oitavo versa sobre a representação
230 das organizações, a qual deve ser por seu respectivo presidente e na impossibilidade
231 deste poderá ser pelo seu vice ou outro membro designado para o ato da eleição,
232 mediante procuração devidamente assinada pelo presidente e reconhecida em
233 cartório. O artigo nono versa sobre a análise dos documentos para habilitação das
234 organizações nacionais pela comissão eleitoral, com composição estabelecida pelo
235 regimento atual do Conade. O artigo décimo refere que o resultado preliminar do
236 processo de habilitação será homologado pela comissão eleitoral e divulgado no site
237 www.pessoacomdeficiencia.gov.br, até as 18 horas do dia 31 de outubro de 2018. O
238 artigo onze versa sobre a interposição de recursos pelas organizações nacionais. O
239 artigo doze aponta que o resultado final do processo, será homologado pela
240 comissão eleitoral e divulgado no site www.pessoacomdeficiencia.gov.br, no dia 19
241 de novembro de 2018, até às 18 horas. No treze, as organizações nacionais
242 habilitadas participarão da eleição a ser realizada no dia 30 de novembro, das 9

243 horas às 16 horas. O artigo catorze traz que será automaticamente desclassificada a
244 organização que não comparecer no dia e horário da eleição. O artigo quinze, trata
245 do ônus decorrente da participação no processo eleitoral, o qual será de
246 responsabilidade exclusiva das organizações nacionais. No artigo dezesseis,
247 aponta-se que a eleição será realizada mediante votação direta das organizações
248 habilitadas, na condição de eleitoras e candidatas, dentre as quais serão escolhidas
249 as representações para cada segmento, segundo critério do maior número de votos.
250 No artigo dezessete está descrito que, na condição de eleitoras, as organizações
251 nacionais habilitadas poderão participar da votação de todos os segmentos,
252 inclusive do segmento para o qual se habilitaram. O artigo dezoito trata dos critérios
253 de desempate entre as organizações nacionais. O artigo dezenove refere que os
254 trabalhos da comissão eleitoral se encerrarão após divulgação do resultado oficial da
255 eleição, se publicado no diário oficial da união, sendo a mesma imediatamente
256 desfeita. O artigo vinte aponta que as organizações nacionais eleitas deverão
257 apresentar, através de ofício à comissão geral do Conade, até o dia 15 de dezembro
258 de 2018 os nomes de representantes que ocuparão a vaga de conselheiro titular.
259 Por fim, o artigo vinte e um refere que os casos omissões serão resolvidos pela
260 comissão eleitoral. Os itens não destacados são aprovados de modo implícito.
261 Destaque da conselheira Magda Fernanda Medeiros Fernandes (MJ) no item 1:
262 questionou o fato do edital realizar chamamento para um biênio, porém o regimento
263 interno em alteração tratará de um triênio. Conselheiro Antônio José do Nascimento
264 Ferreira (CBDV) apontou que o Conade tem prazo para publicação do edital para as
265 eleições, porém não detém governabilidade sobre o tempo que o governo passará
266 para publicar, no diário oficial, o regimento que está sendo reavaliado, o que
267 determina que esta eleição ainda seja regida pelo atual documento. Item 2:
268 Destaque da conselheira Carmem Lúcia Lopes Fogaça (ONEDEF), questionou que
269 a data para apresentação de documentação pelas organizações nacionais está sem
270 o início previsto e refere apenas que precisa se dar até o dia 15 de outubro de
271 2018. O conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB) defende que a partir da
272 aprovação do edital será realizada a divulgação pelas respectivas comissões. O
273 conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro (FENAPESTALOZZI) compartilha a
274 preocupação da conselheira Carmem Lúcia Lopes Fogaça (ONEDEF) e sugere
275 trabalhar com calendários, embora afirme que é possível o atravessamento do dia
276 das eleições em caso de atraso na publicação. A conselheira Ana Cláudia Mendes
277 de Figueiredo (FBASD) revela preocupar-se com a utilização deste critério em razão
278 da probabilidade de interpelação de recursos, assim sugere a proposta do
279 conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro (FENAPESTALOZZI) de tentar
280 assegurar junto a secretaria uma data de publicação para o edital, considerando o
281 período viável para a organização providenciar a documentação. A conselheira
282 Carmem Lúcia Lopes Fogaça (ONEDEF) sugere as datas de 3 de setembro a 15 de
283 outubro para apresentação da documentação pelas organizações, como prazo
284 médio de 10 dias para que a secretaria providencie a publicação. O conselheiro
285 Marco Antonio Castilho Carneiro (FENAPESTALOZZI) relembra que edital eleitoral
286 precisa passar pelo jurídico do MDH, o que aumenta o prazo para publicação do
287 edital. O item será retomado após consulta de prazos com o jurídico. Destaque no
288 item 8, do conselheiro Fernando César Thiago Mello (CNC), que afirmou ter sido
289 contemplado pela colaboração do conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB), o qual
290 sugeriu a substituição de “membros da organização” por “representante da referida
291 organização”. Destaque no item 9, do conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro
292 (FENAPESTALOZZI), solicitou adequação na sigla da secretaria nacional (SNPD),
293 alterado. Destaque no item 10, do conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro, de
294 que o endereço eletrônico mencionado no item (www.pessoacomdeficiencia.gov.br)

295 foi retirado do ar pela secretaria e ainda não há substituto. A conselheira Glauciane
296 Costa Santana (FBASD) referiu que obteve informação de que existe uma aba no
297 site do MDH, a qual está vazia e precisa ser alimentada. O conselheiro Antônio José
298 do Nascimento Ferreira, manifestou preocupação com a perda de identidade da
299 Política da pessoa com deficiência com a retirada do site do ar, o qual é modelo em
300 acessibilidade e não é o caso da página da secretaria. A conselheira Glauciane
301 Costa Santana (FBASD) identificou que o site do MDH está atualizado e que consta
302 uma aba para o Conade e uma em específico para as eleições. Conselheiro Marco
303 Antonio Castilho Carneiro (FENAPESTALOZZI) sugeriu interlocução da
304 coordenação do Conade com o MDH com vistas a realização do processo eleitoral.
305 Foi decidido ratificar o item com a página do MDH. José Carlos Pereira (Conade)
306 informou ter tido reunião com a CGLTI e que o SISPED estará disponível nos dias
307 de eleição. Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro (FENAPESTALOZZI) relata
308 que esta informação já contempla o destaque que teria para o ponto dois, que trata
309 de resultado e que também está relacionado com endereço eletrônico. Destaque no
310 item 13 dos conselheiros; Wilson Roberto Gomiero (AFAG) que sugeriu marcar o
311 horário das eleições das 14 horas às 16 horas. A conselheira Magda Fernanda
312 Medeiros Fernandes (MJ) manifestou a proposta de horário mais flexível, mas com
313 acompanhamento da comissão eleitoral e não do Ministério Público. O conselheiro
314 Roberto Paulo do Vale Tiné (APABB) relata ser necessário estabelecer uma hora
315 fixa (14 horas) e ao invés de acompanhamento que o processo seja presidido pelo
316 MP. Conselheira Carmem Lúcia Lopes Fogaça (ONEDEF) ressalta atentar-se as
317 dificuldades de deslocamento dos participantes em que vir um dia antes pode ser
318 oneroso e que trata-se de processo democrático. Sugerida votação entre duas
319 propostas: manter o texto ou realizar alteração. Por doze votos contra onze e uma
320 abstenção o texto foi mantido. No item 19, destaque da conselheira Ana Cláudia
321 Mendes de Figueiredo (FBASD) sugere alteração do texto para “resultado final”, por
322 consenso foi adotada a alteração. Sem mais destaques fica determinado seguir com
323 o segundo edital, que apresenta poucas alterações e, em seguida, assume-se a
324 discussão do regimento com pausa apenas para o almoço. Seguiu-se a leitura do
325 segundo edital (edital de convocação dos conselhos municipais e estaduais de
326 direito das pessoas com deficiência para composição do Conade) em dinâmica de
327 registro dos destaques para discussão e aprovação implícita do conteúdo não
328 destacado. Discussão dos destaques: A conselheira Magda Fernanda Medeiros
329 Fernandes (MJ) relatou que todo o edital trata dos conselhos estaduais e que houve
330 o esquecimento de inclusão do conselho distrital. Adequação aceita. O conselheiro
331 Marco Antonio Castilho Carneiro (FENAPESTALOZZI) apresentou destaque ao item
332 10: “Os conselhos estaduais, distrital e municipais de direitos da pessoa com
333 deficiência habilitados participarão virtualmente da eleição, através de procedimento
334 eletrônico e voto online disponível no portal x, no dia 30 de novembro de 2018, das 9
335 às 16 horas. A comissão eleitoral se reunirá no prédio da secretaria (substituição por
336 secretaria nacional dos direitos da pessoa com deficiência) para receber os votos
337 até as 17 horas (substituição por 16 horas), iniciando logo após o processo de
338 apuração.” Destaque no item 5 pelo conselheiro Rubens Gil Junior (ABRASO): “Os
339 conselhos estaduais, distrital e municipais serão representados por seu presidente
340 ou na sua impossibilidade de comparecimento pelo vice presidente, ou ainda por
341 membro designado pelo plenário do conselho respectivo, mediante cópia da ata da
342 reunião que o designou.” O conselheiro aponta como incoerente o fato de que em se
343 tratando de eleição online não há como saber se é o presidente ou seu vice que fará
344 a inscrição. Fica determinado suprimir este item. Destaque no item 10 pelo
345 conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné (APABB): “Os conselhos deverão
346 apresentar até o dia 15 de dezembro de 2018 o nome, currículo e documentos

347 pessoais (CPF e RG) dos titulares e suplentes para a nova composição do conselho
348 caso eleitos.” O conselheiro contestou o porquê da exigência de currículo.
349 Determinada a supressão da palavra “currículo”. Destaque dos conselheiros Roberto
350 Paulo do Vale Tiné (APABB) e Marco Antonio Castilho Carneiro
351 (FENAPESTALOZZI) no item 13: “Em casos de empate será realizada segunda
352 votação em que concorrerão apenas os conselhos estaduais, distrital e municipais
353 de direitos da pessoa com deficiência que estiverem empatados, e se mesmo assim
354 persistir a situação de empate será usado como critério a antiguidade comprovada
355 mediante ato de criação do conselho.” Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné
356 (APABB) sugeriu incluir data e horário que será realizada a segunda votação. O
357 conselheiro afirma que não são as mesmas condições de voto presencial e que
358 teriam que definir período para a segunda votação ou retirar este critério de
359 desempate. Fica deliberado que em caso de empate será realizada segunda
360 votação no dia 3 de dezembro, das 9 horas às 16 horas. Conselheiro Felipe
361 Trigueiro Xavier Correia (FENEIS) sugeriu adequação no item para “conselhos
362 estaduais, distrital e/ou municipais”, fica decidido por “conselhos estaduais e distrital,
363 ou municipais”. Conforme pendência do item 2 do edital, após consulta do
364 departamento jurídico foi informado que a solicitação de publicação do edital deve
365 ser encaminhada com pedido de urgência para que possam atender no prazo médio
366 de 10 a 15 dias. Foi deliberado que irá ser incluída a data de 15 de setembro (a
367 partir da 00:00, horário de Brasília) no edital e fica estabelecido um acordo de que a
368 comissão, na hipótese da não publicação do edital no prazo esperado, terá a
369 liberdade de fazer as devidas alterações e dar publicidade a estas adequações. O
370 conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné (APABB) contribuiu solicitando inserir
371 “horário de Brasília” em todos os campos do edital que tratem de horários. Após
372 encerramento da discussão foram proclamados como aprovados os editais
373 referentes às organizações nacionais e referentes aos conselhos estaduais, distrital
374 e municipais. Foi informado que a resolução do Conade, responsável por criar a
375 Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da Convenção sobre os Direitos
376 da Pessoa com Deficiência e Lei Brasileira de Inclusão, foi publicada em diário
377 oficial. Deu-se seguimento com a votação da comissão eleitoral. De acordo com o
378 edital aprovado a comissão eleitoral será composta por; dois membros do Conade,
379 dois da secretaria nacional dos direitos da pessoa com deficiência e um
380 representante da assessoria jurídica, e um do Ministério Público. A conselheira
381 Carmem Lúcia Lopes Fogaça (ONEDEF) sugeriu que a indicação dos membros do
382 Conade fosse realizada no dia seguinte. O conselheiro Marco Antonio Castilho
383 Carneiro (FENAPESTALOZZI) recorda que o regimento interno difere quando
384 destina apenas um membro do MP, um conselheiro do Conade e um da secretaria
385 nacional dos direitos da pessoa com deficiência (SNPD). Realizou encaminhamento
386 para que seja alterado o item 5, respeitando o que consta no regimento interno,
387 porém acrescentam como convidados para assessorar a comissão mais dois mebrros
388 (um do Conade e outro da SNPD). Encaminhamento aceito pela mesa. Fica
389 determinado o conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB) como representante do
390 Conade e que no dia seguinte será informado o representante da SNPD. Intervalo
391 para almoço. **Período vespertino do vigésimo primeiro dia de agosto de dois mil
392 e dezoito.** Presença dos conselheiros e conselheiras: Amigos e Portadores de
393 Doenças Graves (AFAG), o titular Wilson Roberto Gomiero; Associação Brasileira de
394 Autismo (ABRA), a titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; Associação Brasileira de
395 Ostomizados (ABRASO), o titular Rubens Gil Junior; Associação Brasileira de Rugby
396 em Cadeira de Rodas (ABRC), o titular Luiz Cláudio Alves Pereira; Associação de
397 Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência (APABB), o titular Roberto Paulo do Vale
398 Tiné e o suplente Francisco Djalma de Oliveira; Central Única dos Trabalhadores

399 (CUT), a titular Anaídes Campos Sena e o suplente José Roberto Santana da Silva;
400 Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV), o suplente
401 Antônio José do Nascimento Ferreira; Confederação Nacional do Comércio de Bens,
402 Serviços e Turismo (CNC), o suplente Fernando César Thiago de Mello; Federação
403 Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD), a titular Glauciane
404 Santana Costa; Federação das Associação de Renais e Transplantados do Brasil
405 (FARBRA), a titular Olga Gonçalves Faria; FENAPESTALOZZI, o titular Marco
406 Antônio Castilho Carneiro; FENAPAEs, o titular Adnilson Marins dos Santos e o
407 suplente Erivaldo Fernandes Neto; Federação Nacional de Educação e Integração
408 dos Surdos (FENEIS), o suplente Filipe Trigueiro Xavier Correia; MORHAN, a
409 suplente Lucimar Batista da Costa; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o titular
410 Joaquim Santana Neto; Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB), o titular
411 Clovis Alberto Pereira; Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos
412 (ONEDEF), a titular Carmen Lúcia Lopes Fogaça; Casa Civil da Presidência da
413 República, o titular Júlio César de Faria; Ministério das Cidades, a titular Cristiana
414 Scorza Guimaraens; Conselhos Estaduais, a titular Regina Helena Tahim Souza
415 Neiva; Conselhos Municipais, o titular Antônio Muniz da Silva; Ministério da Cultura,
416 a titular Sandra Cipriano Chaves; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a
417 Fome, o suplente Walace Dias Freitas; Ministério da Educação, o suplente José
418 Rafael Miranda; Ministério do Esporte, o titular Cláudio Luiz Pinheiro; Ministério da
419 Justiça, a suplente Magda Fernanda Medeiros Fernandes; Secretaria da Previdência
420 do Ministério da Fazenda (SEPREV/MF), o titular Orion Sávio Santos de Oliveira;
421 Ministério da Saúde, a suplente Andrea Borghi Moreira Jacinto; Ministério dos
422 Direitos Humanos, o titular Josué Ribeiro Costa da Silva e a suplente Liliane Cristina
423 Gonçalves Bernardes; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, o titular
424 Marciano Roberto Pereira de Sousa. Ausências justificadas: Associação Nacional
425 dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e
426 com Deficiência (AMPID); Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
427 (CONFEA); Ausências: Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério das Relações
428 Exteriores; Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM); Ministério do
429 Trabalho e Ministério do Turismo. Feita a chamada regimental, foi verificado quórum
430 para instalar a plenária, no entanto sem quórum qualificado para apreciação da
431 primeira pauta (regimento interno). Conselheiro Joaquim Santana Neto(OAB)
432 anunciou a fala do Sr. Josué Ribeiro Costa da Silva (MDH) que informou que a
433 secretaria encaminhará os editais para publicação ao jurídico com pedido de
434 celeridade (urgência). Conselheiro Marco Antônio Castilho Carneiro
435 (FENAPESTALOZZI) encaminhou solicitação à secretaria executiva de conselheiros
436 vinculados para chamar a atenção dos representantes governamentais que tem
437 apresentado ausências recorrentes nas reuniões do conselho, em razão dos
438 prejuízos para quórum qualificado e equilíbrio das representações. O conselheiro
439 Antônio José do Nascimento Ferreira (CBDV) indagou a ausência do secretário
440 nacional do direito das pessoas com deficiência Marco Pellegrine (afastado desde o
441 mês de junho), o qual tem como substituta a Sra. Carolina Angelica Moreira Sanches
442 Gomes, que revelou estar com suas funções esvaziadas e não poder participar das
443 reuniões no Conade. Sr. Josué Ribeiro Costa da Silva (MDH informa que foi
444 nomeado como substituto do secretário Marco Pellegrine, por portaria, e que
445 mantém contato com o conselheiro Marco Antônio Castilho Carneiro
446 (FENAPESTALOZZI), acompanhando as atividades do conselho, inclusive quando
447 passou a informação anterior sobre a celeridade na publicação dos editais. De
448 acordo com o secretário substituto, Sr. Josué Ribeiro Costa da Silva (MDH o
449 secretário nacional tem mantido sua atuação de maneira remota, em razão de seu
450 afastamento por motivo de saúde. O coordenador Wanderlei Marques de Assis se

451 propôs disponibilizar o documento para que os conselheiros possam visualizar. O
452 conselheiro Marco Antônio Castilho Carneiro (FENAPESTALOZZI) realizou como
453 proposta de encaminhamento antecipar junto aos coordenadores e coordenadoras
454 presentes os relatórios das comissões que estão pautados para o dia seguinte, às
455 10:30. Após consulta com os coordenadores foi determinada a apresentação dos
456 relatórios da CAN, com o conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB) e em seguida
457 nova consulta de quórum qualificado para apreciação do regimento interno.
458 Conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB) inicia com o primeiro relatório advindo do
459 conselho estadual dos direitos da pessoa com deficiência de Santa Catarina
460 (Conede/SC) que pede ao Conade apoio contra o desmonte na assistência social
461 (SUAS), em face da redução de proposta orçamentária e informações acerca do
462 direito ao passe-livre. De início cumpre-se esclarecer que o Conade, por ocasião de
463 manifestação acerca dos prejuízos previstos na PEC 287/2016 (Reforma da
464 Previdência), com as alterações propostas para o artigo 203 da constituição federal
465 manifestou-se contra a mesma, por entende-la ofensiva a milhões de brasileiros com
466 deficiência e em condição de vulnerabilidade social. Recentemente o conselho
467 nacional de assistência social (CNAS), por ocasião da sua reunião ordinária,
468 aprovou proposta orçamentária da assistência social para o exercício de 2019
469 pautada na necessidade de efetiva prestação de serviços da assistência social no
470 país, desconsiderando os limites orçamentários ainda não estabelecidos pelo
471 Ministério do Planejamento, Projeto de lei orçamentária anual de 2000 para 2019 e,
472 recomendando ao ministério do desenvolvimento social (MDS) o empenho
473 necessário para efetivar os ajustes, conforme determina a resolução CNAS 11/2018.
474 O CNAS solicitou apoio do Conade para que seja barrado o corte, através do
475 Ministério, de todas as ações previstas para o ano de 2018. O Conade possui
476 natureza e finalidade de atuar como instância de apoio em todo o território nacional,
477 nos casos de requerimentos, denúncia e reclamações, formuladas por qualquer
478 pessoa ou entidade quando ocorrer ameaça ou violação de direitos da pessoa com
479 deficiência, assegurada à constituição federal, na convenção da ONU e demais
480 legislações aplicáveis. O relatório do Conade se apresenta como recomendação
481 aos ministros das pastas contra o corte das ações fundamentalmente importantes do
482 CNAS. Quanto ao passe livre, foi realizada análise com fundamentação nas leis do
483 passe-livre vigentes no Estado de Santa Catarina. O Conade é um órgão de
484 deliberação colegiada que objetiva acompanhar e avaliar o desenvolvimento das
485 políticas destinadas à inclusão da pessoa com deficiência nos setores de educação,
486 saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporte, lazer e
487 política urbana. Nesse sentido, o relatório recomenda o início de uma campanha
488 pela manutenção do SUAS, oficiando ao Ministro do desenvolvimento social, com
489 cópia deste parecer aprovado pela plenária, reforçando a resolução CNAS 11/2018
490 que aprova parâmetros de manutenção dos programas, projetos, serviços e
491 benefícios da proposta orçamentária para a assistência social relativa ao orçamento
492 de 2019. Finalizada a explanação do relatório o conselheiro Marco Antônio Castilho
493 Carneiro (FENAPESTALOZZI) sugeriu que além do MDS e demais órgãos citados o
494 presente parecer seja encaminhado para a Casa Civil e para a Comissão de
495 seguridade social da Câmara legislativa. O parecer foi aprovado pela plenária.
496 Segue-se a leitura do segundo parecer que trata-se de denúncia recebida pela
497 ONCB, através do ofício 084/2018 (08/06/2018), contra a ausência de assebilidade
498 para pessoas com deficiência visual no aplicativo móvel que oferece o título de
499 eleitor digital (e-título), acessado através dos smartphones, o qual substitui a versão
500 do título de eleitor do papel para virtual. Segundo a ONCB os problemas observados
501 apresentaram barreiras de acesso às pessoas com deficiência visual. O relatório do
502 Conade em face a denúncia apresentada foi fundamentado na constituição federal

503 em seu artigo 1º, inciso 3º, que versa sobre a dignidade da pessoa humana e o
504 artigo 3º que descreve promover o bem de todos sem preconceito de raça, sexo,
505 cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Foi citado também o artigo
506 24, inciso 14, que trata da proteção e integração social das pessoas portadoras de
507 deficiência, o artigo 5º, inciso 33, que trata do acesso à informação, a LBI, a
508 Convenção dos direitos da pessoa com deficiência, documentos da ONU, entre
509 outros normativos das garantias de direitos humanos. O Conade realiza a
510 recomendação para a Excelentíssima Ministra Rosa Weber, presidente do Supremo
511 Superior Eleitoral, para que determine a eliminação das barreiras tecnológicas e
512 comunicacionais de acesso de todas as informações contidas no aplicativo e-título, o
513 qual substitui a versão do título de eleitor em papel, e determine os ajustes
514 tecnológicos necessários a fins de viabilizar, sem qualquer restrição, nas eleições de
515 outubro de 2018 em todo o país, conforme a legislação em vigor. A conselheira
516 Carmem Lúcia Lopes Fogaça (ONEDEF) relembra que em eleições anteriores o
517 Conade em conjunto com a secretaria encaminharam um documento destacando a
518 necessidade de acessibilidade nas urnas e seções eleitorais. Sugere que o Conade
519 possa viabilizar uma agenda com a ministra para colocar esta necessidade e somar
520 a recomendação. O Conselheiro Antônio José do Nascimento Ferreira (CBDV) se
521 coloca a disposição para esta convocação e sugere que seja esclarecido na
522 recomendação “para quem” se destina esses ajustes de acesso aos campos do
523 aplicativo e-título e que é necessário acrescentar que é destinada às pessoas com
524 deficiência visual que utilizam os respectivos aplicativos implicados nestes recursos.
525 O conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB) realizou leitura complementar para
526 verificar se atenderia a sugestão do conselheiro Antônio José do Nascimento
527 Ferreira (CBDV), o qual afirmou estar contemplado. A plenária aprovou o relatório.
528 Com alcance de quórum qualificado foi retomada a apreciação do regimento interno.
529 Foi retomado o artigo 30, que trata da competência das comissões permanentes.
530 Destaque do conselheiro Antônio Muniz da Silva (COMUD/PE) sobre a comissão de
531 comunicação social que teve como encaminhamento a melhoria do texto para
532 apresentação na plenária. A conselheira Glauciane Costa Santana (FBASD)
533 apresentou como proposta de nova redação: A. Coordenar a elaboração dos
534 boletins informativos contendo as ações do Conade e informações inerentes às
535 pessoas com deficiência. B. Garantir a ampla divulgação dos boletins informativos à
536 sociedade em geral, por meio da mídia e entidades representativas dos Estados e
537 Municípios. C. Monitorar a manutenção e atualização da página do Conade no site
538 do MDH. D. Manter a sociedade em geral informada quanto aos direitos das
539 pessoas com deficiência. As demais letras, sem sugestão de alteração por parte da
540 comissão. Foi sugerido um parágrafo único que contemplasse as demais letras:
541 Para o exercício de suas competências a CCS deverá contar com a colaboração da
542 assessoria de comunicação do MDH. Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro
543 (FENAPESTALOZZI) sugere a conselheira Glauciane Costa Santana(FBASD) ir
544 indicando item por item para a discussão. A conselheira Liliane Cristina Gonçalves
545 Bernardes (MDH) sugere tirar a palavra “garantir” do item B, porque a comissão
546 depende da assessoria de comunicação. Sugere a junção do item A e B. Fica
547 determinado para o item A: Coordenar a elaboração e promover a ampla divulgação
548 dos materiais informativos contendo as ações do Conade e temas referentes às
549 pessoas com deficiência, assegurando os formatos acessíveis. A letra B foi
550 suprimida. A letra C que passará a ser a B. Monitorar a manutenção e a atualização
551 permanente da página do Conade na internet. Letra D que passará a ser C. Decidido
552 suprimir por já estar assegurado na letra A. Item F que passará a ser D. Zelar pela
553 garantia da acessibilidade nos diferentes meios de comunicação, destaque da
554 conselheira Anaíldes Campos Sena (CUT), retirado. No item G, destaque do

555 conselheiro Antônio Muniz da Silva (COMUDE/PE) e da conselheira Anaíldes
556 Campos Sena (CUT). Propor e incentivar a realização de campanhas visando á
557 prevenção de deficiências e a promoção dos direitos da pessoa com deficiência.
558 Destaque da conselheira Anaíldes Campos Sena, retirado. A coordenadora da
559 comissão reitera a sugestão do parágrafo único: Para o exercício de suas
560 competências a CCS deverá contar com a colaboração da assessoria de
561 comunicação do MDH. O conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro
562 (FENAPESTALOZZI) sugere definir posteriormente se cabe parágrafo único em
563 inciso. O conselheiro Fernando César Thiago Mello (CNC) informa que está
564 equivocada a colocação, que precisa ser ao final em razão do parágrafo remeter ao
565 caput, de modo que o artigo 30 trata as competências e ao final se insere o
566 parágrafo único. O conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro relembra que já foi
567 assegurado em no artigo 27 o apoio técnico especializado do MDH, sempre que
568 necessário, e que cada comissão poderá requisitar este apoio conforme suas
569 necessidades. O conselheiro Adnilson Marins dos Santos (FENAPAEs) questiona a
570 coordenadora da comissão se para a comissão de comunicação este apoio tem que
571 ser constante ou eventual, a qual confirma a constancia da necessidade. O
572 conselheiro entende que assim justifica-se este parágrafo. A coordenadora da
573 comissão defende que os prazos para publicação dos materiais são curtos e que
574 houve dificuldades na atual gestão, enfatizando que a inclusão deste parágrafo
575 facilitará para as novas gestões. Após votação fica determinada a inclusão do texto
576 proposto pela CCS, conforme sugerido pelo conselheiro Fernando César Thiago
577 Mello (CNC) no local adequado. Seguiu-se para a discussão do inciso 4, comissão
578 de articulação de conselhos, destaque da conselheira Anaíldes Campos Sena (CUT)
579 no caput (linha A), retirado pela conselheira e destaque do conselheiro Rubens Gil
580 Junior (ABRASO) também retirado. Na linha C, destaque do conselheiro Antônio
581 José do Nascimento Ferreira (CBDV), retirado. Linha D, Diz o texto: Propor e
582 coordenar a realização do encontro de conselhos e da conferência nacional.
583 Destaque do conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro (FENAPESTALOZZI)
584 sugeriu retirar “da conferência nacional”, por acreditar que não é competência
585 exclusiva desta comissão e sim do Conade. Demais destaques retirados. Fica
586 destacado a necessidade de assegurar que a competência de propor e coordenar a
587 conferência nacional consta nas competências do Conade. A linha E, destaques dos
588 conselheiros, Rubens Gil Junior (ABRASO), Roberto Paulo do Vale Tiné (APABB) e
589 Antônio Muniz da Silva (COMUD/PE), retirados. Inciso 5º, comissão de
590 acompanhamento, elaboração e análise de atos normativos, linha A, destaque do
591 conselheiro Antônio Muniz da Silva (COMUD/PE), retirado. Linha B, destaques dos
592 conselheiros Rubens Gil Junior (ABRASO) e Anaíldes Campos Sena (CUT),
593 retirados. Linha C, destaque do conselheiro Antônio Muniz da Silva (COMUD/PE),
594 retirado. Linha D, destaque dos conselheiro Rubens Gil Junior (ABRASO), Anaíldes
595 Campos Sena (CUT) e Antônio José do Nascimento Ferreira (CBDV). Diz o texto:
596 Emitir parecer nos casos de ameaças de violação de direitos da pessoa com
597 deficiência asseguradas nas leis e na constituição federal. O conselheiro Rubens Gil
598 Junior (ABRASO) menciona que o Conade recebe as denúncias através dos
599 conselheiros, porém sem a devida resolutividade, porém não se trata de sugestão de
600 texto para o regimento. O conselheiro Antônio José do Nascimento Ferreira (CBDV)
601 sugere que para os casos de denúncias de violação de direitos, além de resultar em
602 um parecer, encaminhar as denúncias e pareceres ao disque direitos humanos que
603 é a ouvidoria. Conselheira Liliane Cristina Gonçalves Bernardes (MDH) sugere unir
604 os itens A, B e C para evitar repetição, com o texto organizado da seguinte forma:
605 Acompanhar a tramitação, analisar e emitir parecer acerca de projetos de lei de
606 interesse da área das pessoas com deficiência. Conselheira Magda Fernanda

607 Medeiros Fernandes (MJ) sugere a inclusão dentro das competências da CAN do
608 apoio jurídico prestado pela comissão ao Conade, por não existir previsão desta
609 competência dentro da comissão, mas que esta demanda é constante. Conselheiro
610 Adnilson Marins dos Santos (FENAPAEs) discorda da conselheira Magda Fernanda
611 Medeiros Fernandes (MJ) e argumenta que a CAN é o apoio jurídico do Conade e
612 que é a única comissão puramente técnica. Conselheiro Marco Antonio Castilho
613 Carneiro (FENAPESTALOZZI) solicitou a conselheira Magda Fernanda Medeiros
614 Fernandes (MJ) uma proposição de texto. Foi sugerido em construção com os
615 demais conselheiros o texto, letra D: “Prestar assessoria e apoio jurídico às demais
616 comissões do Conade”. Após votação foi aprovada a inclusão do item. Foi retomada
617 a letra D, que passou a ser letra C. Fica aprovado o texto: Emitir parecer nos casos
618 de ameaça de violação de direitos da pessoa com deficiência assegurados nas leis e
619 na constituição federal, encaminhando-o aos órgãos competentes, em articulação
620 com a ouvidoria nacional dos direitos humanos. Dando seguimento aos destaques o
621 conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro (FENAPESTALOZZI) fez a seguinte
622 proposição para a inclusão de item: “Dirimir dúvidas quanto ao cumprimento do
623 presente regimento interno”. Aprovada a inclusão do texto e encerrada a discussão
624 deste inciso. A conselheira Magda Fernanda Medeiros Fernandes (MJ) relembra que
625 ainda não foram determinadas as competências da nova comissão criada e solicita
626 ajuste quanto a Secretaria da Mulher que estava descrita como integrante de outro
627 órgão do governo, mas que agora está na Secretaria de Direitos Humanos,
628 conforme decreto. Foram concluídos os trabalhos até o artigo 30 e foi informado que
629 o novo chefe de gabinete realizará tentativa de uma reunião extraordinária para o
630 mês de setembro para avançar na análise do regimento interno. O conselheiro
631 Antônio Muniz da Silva (COMUD/PE) deu seguimento para o próximo ponto de pauta
632 que tratou do lançamento do documento orientador para a criação e funcionamento
633 de conselhos de direitos da pessoa com deficiência, elaborado pela CAC ao longo
634 dos anos 2017 e 2018. A plenária realiza acordo de trabalhar os dois pontos da
635 CAC, dos quais: o lançamento do documento orientador para a criação e
636 funcionamento de conselhos de direitos da pessoa com deficiência e em seguida a
637 apresentação de um cadastro a ser respondido posteriormente pelos conselhos
638 estaduais e municipais. Após lançamento do documento a conselheira Anaíldes
639 Campos Sena (CUT) apresenta como preocupação se há previsão de quando
640 poderão acessar o documento impresso e o conselheiro Josué Riberio Costa da
641 Silva respondeu que neste momento ainda não há, embora o documento já tenha
642 sido enviado para publicação no primeiro semestre e tenha sido reencaminhamento
643 neste segundo semestre. Foram apresentados os pontos de pauta, bem como os
644 encaminhamentos oriundos da reunião da CAC, a qual aconteceu no dia anterior
645 pela manhã. Abertas as inscrições para os demais conselheiros, o conselheiro
646 Marco Antonio Castilho Carneiro (FENAPESTALOZZI) pediu maiores
647 esclarecimentos sobre os recursos disponíveis para os conselhos estaduais
648 realizarem capacitações nos seus Estados. Foi esclarecido que há maior
649 necessidade de divulgação das informações destes recursos e que foi encaminhado
650 para que já constem no sistema até o dia seguinte. A CAC solicita como
651 encaminhamento que a secretaria dê todas as condições e faça um
652 acompanhamento para que o diálogo com os Conselhos e os Estados sejam
653 mantidos, em caráter de força tarefa, para viabilizar a utilização dos recursos
654 aplicados aos encontros regionais ou estaduais, sob pena dos recursos retornarem e
655 de não ser atendido o pleito da CAC quanto a importância desses encontros. A
656 chefia de gabinete se colocou a disposição para atender à solicitação. Seguiu-se
657 para a apresentação do formulário a ser respondido pelos conselhos estaduais e
658 municipais. A pesquisa já havia sido aprovada e foi direcionada aos conselheiros a

659 indagação se observaram alguma imprecisão no documento exposto. O conselheiro
660 Roberto Paulo do Vale Tiné (APABB) pergunto sobre as propostas para que o
661 formulário seja preenchido por todos os conselhos existentes para que possa ser
662 gerado um banco de dados fidedigno. Conselheiro Clóvis Alberto Pereira (ONCB)
663 diz que isso dependerá do trabalho conjunto do Conade e da secretaria, em termos
664 de sensibilização e divulgação. O conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné (APABB)
665 sugere estabelecer plano de ação da CAC para controle efetivo dos conselhos que
666 já responderam o formulário, para em seguida cobrar e demonstrar a importância. O
667 conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro (FENAPESTALOZZI) informa que há
668 duas ações bem direcionadas: uma que trata-se do Conade enviar ofício formal aos
669 conselhos estaduais (pois cabe a eles a articulação com os municipais) e um ofício
670 formal ao fórum brasileiro de conselhos estaduais. A partir de então a construção de
671 outras parcerias, entre elas as universidades. A conselheira Anaídes Campos Sena
672 (CUT) sugere a inclusão no formulário de campo para a homepage do conselho e do
673 responsável pela comunicação no conselho. A conselheira Lucimar Batista da Costa
674 (MORHAN) sugere inserir campos sobre gênero e etnia no formulário. A plenária
675 acatou a sugestão para um segundo momento da pesquisa. O relatório e o
676 formulário apresentados pelo conselheiro Clóvis Alberto Pereira(ONCB) foram
677 aprovados. Seguindo a pauta, referente a proposta do conselheiro Joaquim Santana
678 Neto (OAB) e de seu suplente Cid Torquato, que haviam se disposto a apresentar as
679 ações pioneiras da secretaria. Por ausência dos conselheiros a secretária adjunta da
680 SNPED/SP, Sra. Marinalva Cruz, conduziu a explanação das ações desenvolvidas
681 na cidade de São Paulo, acerca das garantias de direitos das pessoas com
682 deficiência. Após considerações dos conselheiros em reconhecimento às ações
683 apresentadas pela convidada foram retomadas as deliberações do dia: Aprovação
684 dos dois editais eleitorais, foi eleita a comissão eleitoral, foram aprovados dois
685 relatórios da CAN, foram aprovados os artigos (do 27 ao 30) do regimento interno,
686 aprovado o lançamento do documento orientador para a criação e estruturação
687 conselhos municipais, estaduais e do distrito federal, da pessoa com deficiência e
688 foram aprovados os relatórios da CAC, inserindo o formulário de pesquisa
689 apresentado. Logo após foi declarada por encerrada a reunião. **Período matutino
690 do vigésimo segundo dia de agosto de dois mil e dezoito.** Presença dos
691 conselheiros e conselheiras: Casa Civil da Presidência da República, o titular Júlio
692 César Faria; Ministério das Cidades, a titular Cristiana Scorza Guimaraens;
693 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a suplente Gianine
694 Portela Parizotto; Conselhos Estaduais, a titular Regina Helena Tahim Souza Neiva;
695 Conselhos Municipais, o titular Antônio Muniz da Silva; Ministério da Cultura, a titular
696 Sandra Cipriano Chaves; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome,
697 o suplente Wallace Dias Freitas; Ministério da Educação, o suplente José Rafael
698 Miranda; Ministério do Esporte, o titular Cláudio Luiz Pinheiro da Silva; Secretaria da
699 Previdência do Ministério da Fazenda, o titular Orion Sávio Santos de Oliveira;
700 Ministério da Saúde, a suplente Andrea Borghi Moreira Jacinto; Ministério dos
701 Direitos Humanos, a suplente Liliane Cristina Gonçalves Bernardes; Ministério do
702 Trabalho, o titular João Paulo Reis; Associação dos Familiares, Amigos e Portadores
703 de Doenças Graves (AFAG), o titular Wilson Roberto Gomiero; Associação Brasileira
704 de Autismo (ABRA), a titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; Associação Brasileira
705 de Ostomizados (ABRASO), o titular Rubens Gil Junior; Associação Brasileira de
706 Rugby em Cadeira de Rodas (ABRC), o titular Luiz Cláudio Alves Pereira;
707 Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência (APABB), o titular Roberto
708 Paulo do Vale Tiné e o suplente Francisco Djalma de Oliveira; Associação Nacional
709 dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e
710 com Deficiência (AMPID), a titular Ariadne Clarissa Klein Sartori; Central Única dos

711 Trabalhadores (CUT), A titular Anaíldes Campos Sena e o suplente José Roberto
712 Santana da Silva; Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais
713 (CBDV), o suplente Antônio José do Nascimento Ferreira; Confederação Nacional
714 do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o suplente Fernando César
715 Thiago Mello; Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down
716 (FBASD), a titular Glauciane Costa Santana e a suplente Ana Cláudia Mendes de
717 Figueiredo; Federação das Associação de Renais e Transplantados do Brasil
718 (FARBRA), a titular Olga Gonçalves Faria; FENAPESTALOZZI, o titular Marco
719 Antônio Castilho Carneiro; FENAPAEs, o titular Adinilson Marins dos Santos e o
720 suplente Erivaldo Fernandes Neto; Federação Nacional de Educação e Integração
721 dos Surdos (FENEIS), o suplente Filipe Trigueiro Xavier Correia; MORHAN, a
722 suplente Lucimar Batista da Costa; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o titular
723 Joaquim Santana Neto; Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB), o titular
724 Clovis Alberto Pereira; Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos
725 (ONEDEF), a titular Carmen Lúcia Lopes Fogaça. Ausência Justificada: Ministério da
726 Justiça; Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil; Conselho Federal de
727 Engenharia e Agronomia (CONFEA). Ausência: Ministério das Relações Exteriores;
728 Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM); Ministério do Turismo. Feita
729 a chamada regimental, foi verificado quórum para instalação da plenária. Foi dado
730 início ao primeiro ponto previsto na pauta, com a conselheira do Conade e diretora
731 de Educação Especial da SECADI/MEC, Patrícia Neves Raposo, e dr. Adriano Dani,
732 chefe de gabinete e secretário substituto da SECADI/MEC. O tema apresentado
733 tratou da proposta de atualização da Política Nacional de Educação Especial
734 Equitativa Inclusiva e ao Longo da Vida. O Dr. Adriano chamou atenção para
735 aspectos específicos dessa Política que merecem atualização, principalmente à luz
736 dos marcos legais que foram editados e promulgados, após o início de sua vigência
737 em 2008, como mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação; a LBI, em
738 2015; o Plano Nacional de Educação, em 2014; além da promulgação da
739 Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que se deu em
740 2009. O presidente Antônio Muniz da Silva (COMUD/PE) interrompeu a fala dos
741 convidados para informar que os intérpretes de libras não vão trabalhar por
742 exigência de pagamento adiantado. De acordo com os intérpretes a empresa não
743 tem cumprido com o pagamento. O conselheiro Antônio Muniz da Silva
744 (COMUD/PE) e o conselheiro Marco Antonio Castillo Carneiro (FENAPESTALOZZI)
745 solicitaram que os intérpretes fossem mesmo assim, nem que se
746 responsabilizassem pelo pagamento. Foi ressaltado que debater a proposta de
747 educação inclusiva do MEC sem a presença de intérprete de libras para garantir à
748 informação às pessoas surdas, em pleno Conselho Nacional da Pessoa com
749 Deficiência não seria concebível. Foi solicitada a suspensão da reunião para que o
750 impasse fosse resolvido, porém, a técnica do MEC, Sra Linair, que não é intérprete
751 profissional, se dispôs a ajudar. Foi decidido que a tradução seria garantida apenas
752 para o conselheiro Felipe Trigueiro Xavier Correia (FENEIS) em um primeiro
753 momento, sem intérprete para transmissão via internet. Foi solicitado que a
754 Secretaria Nacional tomasse providências com relação a empresa, já que a situação
755 já se repetiu, dificultando os trabalhos por falta de acessibilidade. A conselheira
756 Glauciane Costa Santana (FBASD) faz um registro: a apresentação estava sendo
757 esperada por muitas pessoas e sem a transmissão, que permite que pessoas com
758 surdez possam acompanhar o debate, há incompatibilidade com a função de todos
759 ali. A conselheira Anaíldes Campos Sena (CUT) solicita que a intérprete pelo menos
760 avise ao público na internet que não haverá transmissão com tradução em libras e
761 pede registro de que não concorda com o prosseguimento sem os intérpretes. Foi
762 retomada a apresentação pela conselheira Patrícia Neves Raposo (MEC) e ao final

763 os conselheiros manifestaram considerações. A conselheira Glauciane Costa
764 Santana (FBASD) indagou sobre a garantia da escolarização e formas de oferta do
765 AEE. A conselheira Ana Cláudia Mendes de Figueiredo (FBASD) pede dois
766 esclarecimentos, sobre a Oneesp afirmar que a educação especial não se trata de
767 um serviço de tamanho único e sobre a dimensão da participação das universidades
768 e como se deu a divulgação. A Sra Goreth Cortês (Observadora) apresenta a
769 necessidade de em parceria com o MEC serem realizadas avaliações quantitativas e
770 qualitativas acerca do crescimento e dificuldades dos alunos e sugere a
771 possibilidade de realizar congresso entre educadores e demais especialistas para
772 aprimorar estratégias de educação inclusiva. A conselheira Patrícia Neves Raposo
773 (MEC) destacou que o MEC tem realizado encontros e reuniões para consolidação
774 de dados de diferentes instituições, conforme apresentado. Revela ainda que não
775 fecharam proposta específica de AEE, ou sala de recursos multifuncionais, muito
776 embora tenham organizado cursos de formação para atender as demandas mais
777 urgentes. Informa a importância da pesquisa e avaliação dos consultores para
778 mudanças na estrutura da educação inclusiva e redução das taxas de evasão
779 escolar. Informou que só duas universidades responderam aos primeiros
780 questionários, mas um outro formulário foi destinado à universidades e institutos
781 federais de educação, além das consultorias, sendo estes elementos responsáveis
782 por gerar os dados apresentados. Reforçou a necessidade de contar com todos os
783 atores que direta ou indiretamente apoiam a educação inclusiva, considerando
784 aprendizagem já que somente acesso não garante inclusão. Os conselheiros do
785 Conade questionaram apreciação e construção conjunta do documento que
786 corresponde ao programa nacional da educação especial. A conselheira Patrícia
787 Neves Raposo (MEC) mencionou que em setembro está prevista reunião com o
788 Conade para o desenvolvimento deste trabalho e colocação em consulta pública da
789 proposta. O conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro (FENAPESTALOZZI)
790 informa que a intérprete não poderá continuar e que esgotou todas as possibilidades
791 de negociação. O coordenador do Conade Wanderlei Marques de Assis, em nome
792 do chefe de gabinete Sr. Josué ribeiro Costa da Silva, informou as tentativas de
793 contratação de outros intérpretes sem sucesso, devido aos problemas mencionados
794 e necessidade dos intérpretes manterem suas reivindicações. Apresentou a
795 necessidade de realizar junto ao Conade uma reunião para que sejam tomadas
796 providências de responsabilização pelos prejuízos causados. Foi solicitado o acesso
797 ao contrato para avaliar como mover uma nova ação. Fica determinada a suspensão
798 da reunião. Foi solicitada a construção de um documento oficial da reunião que
799 exponha a situação e levá-lo as instâncias competentes. O conselheiro Marco
800 Antonio Castilho Carneiro (FENAPESTALOZZI) leu perguntas do público (via
801 internet) para a conselheira Patrícia Neves Raposo (MEC) e os demais conselheiros
802 mantiveram a discussão sobre os direitos da pessoa com deficiência em torno do
803 acesso ao ensino e aprendizagem em torno das diretrizes da PNEE. O Dr. Adriano
804 Dani, secretário da SECADIR/MEC, deu encerramento a esta etapa enfatizando a
805 necessidade de se considerar o sujeito de direito e não apenas o objeto do direito,
806 de maneira que as políticas e suas diretrizes sejam compostas observando as
807 necessidades de pessoas e contextos (locais e regionais). Sustentou que as ações
808 intersetoriais são imprescindíveis na efetivação dos direitos e execução da política
809 de inclusão. Lembra que mesmo após a consulta pública (ampla e democrática),
810 prevista para setembro, não se terá um documento acabado e sim uma outra
811 minuta, pois cabe ao MEC propor esta política e submetê-la ao Conselho Nacional
812 de Educação. Foi informado que terá um intérprete para as 14 horas e foram
813 apontados os encaminhamentos: A conselheira Liliane Cristina Gonçalves
814 Bernardes (MDH) havia apresentado a necessidade divulgação entre os

815 conselheiros da versão preliminar do documento referente ao programa nacional da
816 educação especial, antes de levá-lo a consulta pública. Foi sugerido que o
817 documento não fosse publicizado antes de outubro para que o Conade possa
818 participar de sua elaboração. O Conade enviará o documento ao MEC formalizando
819 essa solicitação. O conselheiro Antônio José do Nascimento Ferreira encaminhou
820 que neste mesmo documento seja incluído o questionamento sobre quais
821 providências o MEC adotará para as salas de recursos que foram implantadas, mas
822 não estão em funcionamento. Conselheiro Erivaldo Fernandes Neto (FENAPAEs)
823 acredita que colocar como ponto de pauta a solicitação que o MEC apresente o
824 documento para o Conade não impede que a consulta pública aconteça em
825 setembro e que isso pode trazer um documento mais sistematizado para avaliação
826 do conselho. Conselheira Ana Cláudia Mendes de Figueiredo, sugere que o Conade
827 solicite o produto das consultorias para que possa ser apreciado junto aos
828 conselheiros. Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro (FENAPESTALOZZI)
829 apresenta como reflexão que por mais importante que sejam as colaborações e as
830 participações do Conade na construção do documento, o conselho não tem
831 autonomia de intervir na ação do MEC de buscar consulta pública previamente,
832 ressaltando que essa conduta pode engessar o trabalho do MEC. O presidente do
833 conselho, Antônio Muniz da Silva (COMUD/PE), refere que pode ser enviado ofício
834 recomendando ao MEC disponibilizar aos conselheiros a minuta preliminar, porém
835 sem a obrigatoriedade da questão. O conselheiro Antônio José do Nascimento
836 Ferreira (CBDV) relembra que consulta pública é instrumento de escuta da
837 população, porém não finaliza o documento em si nem impede que os conselheiros
838 possam fazer suas contribuições. Intervalo para almoço. **Período vespertino do**
839 **vigésimo segundo dia de agosto de dois mil e dezoito.** Presença dos
840 conselheiros e conselheiras: Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG), o
841 titular Wilson Roberto Gomiero; Associação Brasileira de Autismo (ABRA), a titular
842 Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; Associação Brasileira de Ostomizados
843 (ABRASO), o titular Rubens Gil Junior; Associação Brasileira de Rugby em Cadeira
844 de Rodas (ABRC), o titular Luiz Cláudio Alves Pereira; Associação de Pais, Amigos
845 e Pessoas com Deficiência (APABB), o titular Roberto Paulo do Vale Tiné e o
846 suplente Francisco Djalma de Oliveira; Associação Nacional dos Membros do
847 Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e com Deficiência
848 (AMPID), a titular Ariadne Clarissa Klein Sartori; Central Única dos Trabalhadores
849 (CUT), a titular Anaídes Campos Sena e o suplente José Roberto Santana da Silva;
850 Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV), o suplente
851 Antônio José do Nascimento Ferreira; Federação Brasileira das Associações de
852 Síndrome de Down (FBASD), a titular Glauciane Costa Santana e a suplente Ana
853 Cláudia Mendes de Figueiredo; Federação das Associação de Renais e
854 Transplantados do Brasil (FARBRA), a titular Olga Gonçalves Faria;
855 FENAPESTALOZZI, o titular Marco Antônio Castilho Carneiro; FENAPAEs, o titular
856 Adnilson Marins dos Santos; Federação Nacional de Educação e Integração dos
857 Surdos (FENEIS), o suplente Filipe Trigueiro Xavier Correia; MORHAN, a suplente
858 Lucimar Batista da Costa; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o titular Joaquim
859 Santana Neto; Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB), o titular Clovis
860 Alberto Pereira; Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos
861 (ONEDEF), a titular Carmen Lúcia Lopes Fogaça; Casa Civil da Presidência da
862 República, o titular Júlio César de Faria; Conselhos Estaduais, a titular Regina
863 Helena Tahim Souza Neiva; Conselhos Municipais, o titular Antônio Muniz da Silva;
864 Ministério da Cultura, a titular Sandra Cipriano Chaves; Ministério do
865 Desenvolvimento Social e Combate a Fome, o suplente Wallace Dias Freitas;
866 Ministério da Educação, o suplente José Rafael Miranda; Ministério do Esporte, o

867 titular Cláudio Luiz Pinheiro da Silva; Ministério da Saúde, a suplente Andrea Borghi
868 Moreira Jacinto; Ministério do Trabalho, o titular João Paulo Reis. Ausências
869 justificadas: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA); Ministério
870 das Cidades; Ministério da Justiça; Ministério dos Direitos Humanos; Ministério dos
871 Transportes, Portos e Aviação Civil. Ausências: Confederação Nacional do Comércio
872 de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e
873 Comunicações; Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda (SEPREV/MF);
874 Ministério das Relações Exteriores; Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres
875 (SNPM); Ministério do Turismo. Feita a chamada regimental, foi verificado quórum
876 para instação da plenária, a qual iniciou com o relatório da Human Rights, sobre
877 abrigos para pessoas com deficiência. Os expositores responsáveis foram a Sra.
878 Maria Laura Canineu, diretora do escritório Brasil: divisão das Américas, e o Sr.
879 Carlos Rios Espinosa, pesquisador especialista dos direitos das pessoas com
880 deficiência. Maria Laura detalhou que a Human Rights Watch é uma das maiores
881 organizações internacionais de proteção e defesa de direitos humanos, a qual
882 trabalha na perspectiva da documentação das mais graves violações de direitos
883 humanos, produção de relatórios e materiais audiovisuais, além de influência das
884 autoridades e políticas públicas para o melhor desempenho na área de direitos
885 humanos. A organização está presente em mais de 100 países do mundo e no Brasil
886 tem presença física em São Paulo desde o ano de 2013. Trata-se de uma
887 organização independente, apartidária que representa as vozes de pessoas com
888 seus direitos violados no Brasil e no mundo. A convidada ressaltou que não realizam
889 um trabalho assistencial ou de proteção jurídica individual, mas sim um trabalho de
890 pesquisa, documentação e divulgação de relatórios com recomendações
891 contundentes para que as autoridades possam tomar as medidas necessárias, com
892 base nas obrigações internacionais de direitos humanos, acerca das denúncias de
893 violações de direitos humanos. Há 5 anos a organização foi requisitada
894 internacionalmente a ter uma divisão especial na área dos direitos da pessoa com
895 deficiência para pressionar os governos a cumprirem suas responsabilidades. Após
896 apresentação do relatório foi aberto espaço para perguntas. O presidente do
897 conselho destacou com a convidada a importância que o relatório fosse
898 disponibilizado para o e-mail do Conade, pois para as pessoas com deficiência
899 visual será feito uso de softwares de leitores de tela e para que os demais também
900 possam ter acesso ao documento. O conselheiro Antônio José do Nascimento
901 Ferreira (CBDV) problematizou que nos últimos anos o conselho ainda não se
902 debruçou sobre o tema apresentado e sugeriu que o Conade encaminhasse,
903 endossando o relatório da Human Rights, ofício pedindo providências ao CNJ e
904 Conselho Nacional do Ministério Público, para que o Brasil um dia promova um
905 plano nacional de desinstitucionalização. Acrescenta um apelo aos representantes
906 da OAB e a AMPID para ampliarem essa discussão nos Estados e a nível
907 internacional. O conselheiro Wallace Dias Freitas (MDS) questionou a necessidade
908 de ser encaminhado ao Ministério de Desenvolvimento Social, ainda que em caráter
909 de sigilo, a listagem dessas instituições para que possam ser acompanhadas e
910 fiscalizadas, principalmente por serem algumas co-financiadas pelo poder público.
911 Pediu informações sobre a amostra e método utilizado para essa pesquisa. Solicitou
912 ao Conade a criação de um grupo de trabalho para que sejam avaliadas essas
913 instituições. A conselheira Andrea Borghi Moreira Jacinto (MS) ressaltou a
914 importância dessa discussão e retrata que no campo das políticas instituídas, na
915 área de saúde mental, foi estabelecido um trabalho de desinstitucionalização mais
916 sistemático com a instituição da rede de atenção psicossocial, das quais a
917 implantação de serviços residenciais terapêuticos é um dos estratégicos, o programa
918 de volta pra casa que é auxílio para reabilitação psicossocial e para as limitações

919 maiores adquirem o direito de um cuidador que as apoiem. Divulgou que o MS, em
920 2015, publicou junto com a OPAS um documento que se chama “direito a qualidade”
921 que trata-se de um kit de ferramentas para avaliação dos serviços do ponto de vista
922 dos direitos humanos, o qual foi construído com base na Convenção dos Direitos da
923 Pessoa com Deficiência. O Sr. Carlos Rios Espinosa informa que a listagem das
924 instituições investigadas é encaminhada para o Ministério Público, mas que não
925 realizaram a divulgação para outros setores por acreditar que não se trata de um
926 problema de responsabilidades individuais e sim de um problema de desenho.
927 Apresentou os problemas das transferências de pessoas com deficiência entre as
928 instituições e os prejuízos para os vínculos sociais. O conselheiro José Rafael
929 Miranda (MEC) apresentou como informe sua participação no congresso mundial de
930 inclusão em que o tema da desinstitucionalização foi bastante debatido como um
931 movimento internacional. Destacou a sensibilidade da questão já que foram
932 relatados prejuízos nos vínculos sociais de crianças que foram deslocadas entre
933 instituições. O conselheiro José Roberto Roberto Santana da Silva (CUT) sugeriu
934 que o Conade destinasse uma comissão para averiguar os demais abrigos que não
935 foram contemplados na amostra da pesquisa apresentada pelos expositores e
936 indagou se há interesse da Human Rights em expandir a pesquisa às demais
937 instituições. A conselheira Anaídes Campos Sena (CUT) lembrou a palestra do
938 disque 100, na qual houve uma tentativa de mensurar quantas pessoas sofreram
939 violações de seus direitos e enfatiza que há uma procrastinação desse tipo de
940 estatística. Concorde com o trabalho da Conade, via comissão, para essas
941 investigações, mas acredita ser essencial incluir conselhos estaduais e municipais,
942 já que a esfera federal não pode centralizar essas ações se quiser dar conta da
943 extensa demanda. Pede para o plano nacional ser tido como prioridade. O Sr. Carlos
944 Rios ressaltou a importância do trabalho nos abrigos ser continuado e lembra que
945 há pessoas com deficiência que não estão abrigadas, porém estão sem apoio para
946 viver em comunidade. Acredita que esta é outra questão importante de políticas
947 públicas para garantia do direito de inserção na comunidade com a promoção de
948 direitos sociais. A conselheira Ana Cláudia Mendes de Figueiredo (FBASD) realizou
949 dois encaminhamentos: Um primeiro com relação a afirmativa de negação de
950 capacidade jurídica, em quase totalidade, das pessoas institucionalizadas. Afirmou
951 que existe uma recomendação do comitê da ONU, acerca do relatório inicial do
952 Brasil, para que se torne conhecidos para as pessoas com deficiência o novo regime
953 da tomada de decisão apoiada. Propôs a construção de um documento do Conade
954 incitando que seja efetivada esta recomendação. O segundo encaminhamento é no
955 sentido do envolvimento dos conselhos municipais e estaduais nesse
956 enfrentamento, como instâncias que possam contribuir para divulgar o conhecimento
957 dos direitos da pessoa com deficiência nas instituições. Também sugere que seja
958 pensada uma forma de garantir o direito a educação as pessoas institucionalizadas.
959 O conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro (FENAPESTALOZZI) manifesta
960 preocupação com a recomendação da suspensão de recursos para os abrigos e
961 instituições parceiras enfatizando que é necessário encontrar um caminho
962 transitório. Indagou se os relatórios tem sido encaminhados para o comitê da ONU.
963 O conselheiro Antônio José do Nascimento Ferreira (CBDV) reforça como
964 encaminhamento que o Conade faça um documento encaminhando este relatório ao
965 CNMP, CNJ e ao comitê da ONU. O conselheiro José Rafael Miranda (MEC)
966 realizou duas sugestões: solicitar à TV câmara um documentário a respeito da
967 insitucionalização de pessoas com deficiência ou encontrar caminhos com outras
968 emissoras. O conselheiro Antônio José do Nascimento Ferreira (CBDV) sugeriu o
969 canal de TV do MEC, TV Escola, através das universidades que possuem canal para
970 estas divulgação. O conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro

971 (FENAPESTALOZZI) relembra que o programa “Profissão repórter” recentemente
972 produziu uma reportagem sobre a condição nos abrigos do Brasil e sugere recuperar
973 este material de apoio. A conselheira Anaídes Campos Sena realizou
974 encaminhamento para que o Coande convoque o Congemas e o Conseas na
975 próxima reunião. Após discussão dos conselheiros os convidados realizaram a
976 exposição de um vídeo do relatório (disponível no youtube e na página da
977 organização) e as considerações finais. Foi aprovado o documento do CONANDA, o
978 qual apresentou proposta de um documento de diretrizes para o atendimento de
979 crianças e adolescentes com deficiência no sistema de garantia de direitos de
980 crianças e adolescentes. O conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro, sugere que
981 a proposta de criação de um GT seja executada para que se possa encaminhar a
982 eles os encaminhamentos da reunião do dia para análise e no seu desdobramento
983 seria apresentado para o pleno. Foi decidido pela abertura de processo na CPP para
984 análise dos encaminhamentos. Foi aprovado o manifesto com relação ao sindicato
985 das empresas de Belém. O conselheiro Antônio José do Nascimento Ferreira
986 (CBDV) relembra o manifesto do projeto de lei 8879 que dá os descontos a pessoa
987 com deficiência de 10% quando se hospeda em hotel sem acessibilidade. O
988 conselheiro Marco Antônio Castilho Carneiro, informa que o Conade recomenda o
989 arquivamento ou rejeição do projeto de lei 8779/17 por conter dispositivos
990 desnecessários ou já contemplados em normas constitucionais ou em seus
991 regulamentos, ou ainda por inconstitucionalidade. Foi solicitado encaminhar esta
992 recomendação para comissão de turismo e para a mesa diretora da câmara. Foi
993 aprovada a recomendação. O conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB) informa que
994 o Conade recebeu uma demanda do conselho do Amazonas para emissão de
995 parecer sobre uma denúncia de acessibilidade no concurso da polícia federal. O
996 parecer foi aprovado pela plenária. Após leitura do ofício para o Ministro do
997 Desenvolvimento Social e Agrário com solicitação de prorrogação do cadastramento

998 do BPC, a reunião se deu por encerrada, às 17 horas.

999 Antônio Muniz da Silva

1000 Presidente